



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

#### ATA DA 15ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS - 2024

1 Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, o  
2 Pleno do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, esteve reunido presencialmente  
3 no auditório do CES, 4º andar do Prédio Negrinho do Pastoreio, na Av. Borges de  
4 Medeiros, 521, para a realização da 15ª Plenária Ordinária. A transmissão está  
5 disponível no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=vfiVdMYH4Qw>

6 Estiveram presentes nesta plenária os(as) seguintes **conselheiros(as) titulares do**

7 **segmento usuário**: **Karina Zuge** (AGADIM), **Elias Valer** (CONIC), **Itamar Santos**

8 (FETAPERGS), **Rubens Raffo** (Fórum ONG AIDS), **Jaime Ziegler** (CUT), **Marlene Hammes**

9 (FEGEST), **Alfredo Gonçalves** (FTMRS), **Francisca Jesus** (FGSM), **Alair Simão** (MNU),

10 **Sérgio Reis** (MST), **Gabriela Cunha** (Marcha Mundial das Mulheres), **Hack Basilone**

11 (NUANCES) e **Natália Fetter** (UBM) **segmento trabalhador**: **Célia Chaves**

12 (SINDEFARS), **Ivete Ciconet** (CRN-2), **Maria Lúcia Schaeffer**

13 (SINDISAÚDE), **Flávio Gomes** (CRMV), **Mônica Thomé**

14 (CREFITO-5), **Lúcia Silveira** (CRESS-10), **Dan Pinheiro** (CRP) e **Alcides**

15 **Miranda** (CEBES) **segmento gestor/prestador de serviços**: **Ana Costa** (SES),

16 **Ângela de Aquino** (SES), **Carolina Gyenes** (SES), **André Lagemann** (Fed. Sta.

17 Casas) e os **suplentes do segmento usuário**: **Daniel Zart** (ACURACAN), **Carolina**

18 **Tavares** (AVICO), **Clarissa Nogueira** (FEGAMEC) **segmento**

19 **gestor/prestador de serviços: Bruno Naundorff**  
20 **( S E S ), Karina Roggia ( S E S ), Shirlei Gazave**  
21 **(FEHOSUL). Discuti-se os seguintes temas em pauta: 1 – Inscrições para assuntos**  
22 **gerais; 2 – Informes e expedientes. 3 – “Sensibilização e Conhecimento da Cultura**  
23 **da Pessoa Surda e a Língua Brasileira de Sinais como Meio Legítimo de**  
24 **Comunicação, e a Obrigoriedade da Acessibilidade nos Diferentes Espaços” -**  
25 **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. 4 –**  
26 **Aprovação da ata da 14ª Plenária Ordinária; 5 – Aprovação do Regimento das**  
27 **Comissões do CES/RS. 6 – Relato das comissões do CES/RS; 7 – Assuntos Gerais.**  
28 Estando presentes os Conselheiros (as) Titulares e Suplentes, verificada o quórum, a reunião  
29 foi iniciada com a condução do pleno pelo vice-presidente do CES/RS, conselheiro **Itamar**  
30 **Santos** que informou ausência da presidente do CES, Inara Ruas, devido a compromisso  
31 externos. Em seguida, abriram-se as inscrições para assuntos gerais. **2 – Informes e**  
32 **Expedientes:** Foi informado que ainda restam as últimas vagas para o Encontro do Sistema  
33 Estadual de Auditoria do SUS, o link para inscrição foi enviado para o e-mail a todos (as)  
34 conselheiros (as). **4 – “Sensibilização e Conhecimento da Cultura da Pessoa Surda e a**  
35 **Língua Brasileira de Sinais como Meio Legítimo de Comunicação, e a**  
36 **Obrigoriedade da Acessibilidade nos Diferentes Espaços” - Federação Nacional**  
37 **de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS;** A apresentação foi conduzida por  
38 **Túlio Jahnke**, com interpretação pela coordenadora da Central de Interpretação de Libras  
39 (CIL), Alessandra. Túlio propôs um espaço de dialogo e troca de ideias, contextualizando  
40 brevemente a história da FENEIS e seu trabalho na promoção dos direitos linguísticos e da  
41 cidadania das pessoas surdas na sociedade gaúcha. Durante a apresentação, foram  
42 mencionadas legislações de referência, como a Lei estadual nº **13.320**, atualizada até a Lei nº  
43 **16.104**, de 27 de março de 2024 (acessibilidade de geral), **Lei federal 10.436/02**, que  
44 reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras  
45 e outros recursos de expressão a ela associados, **Lei municipal 12.743/20** - Para solicitar a

46 Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de Guias Intérpretes para  
47 Pessoas com Deficiências Auditivas, Surdos e Surdocegos no Município de Porto Alegre, **Lei**  
48 **municipal 13.835/24** - Determinando a disponibilização mínima de intérpretes na área da  
49 saúde, os seus respectivos treinamentos e habilitação, bem como estabelecendo sanções ao  
50 descumprimento do que determina. Quando se fala sobre o reconhecimento da língua, e a  
51 importância da aplicação desses dispositivos jurídicos, se pensa de uma forma abrangente,  
52 principalmente na saúde, pois o maior obstáculo que uma pessoa surda encontra no acesso ao  
53 serviço de saúde é a comunicação. Foram apresentados dados sobre essa população, ainda que  
54 reconhecidamente desatualizados e poucos abrangentes. A Central de Interpretação de Libras  
55 (CIL) foi apresentada como recurso de acessibilidade, incluindo o uso de tecnologias como o  
56 AVATAR e QR CODE como ferramentas de acessibilidade e humanização do atendimento. A  
57 diretora regional do FENEIS, **Carolina Sperb**, falou sobre a cultura e identidade da  
58 comunidade e de toda a história marcada pela intolerância e estigmatização devido a  
59 “deficiência”, solicitou que haja fiscalização efetiva nos espaços, para garantia de acesso a  
60 esses direitos assegurados. **Inscrições e manifestações:** O conselheiro **Itamar** perguntou  
61 como as pessoas surdas conseguem acessar serviços de urgência, como o SAMU, e quais  
62 estratégias poderiam garantir um atendimento eficaz. **Rodrigo Finkelstejn**, assessor técnico  
63 do CES/RS, perguntou se há a sensibilidade dos profissionais de saúde para compreender a  
64 comunicação quando não há intérprete e qual a fonte de custeio da organização. **Retornos:**  
65 Alessandra respondeu que devido à falta de informação, a maioria das pessoas desconhecem a  
66 obrigatoriedade de se ter o profissional intérprete nos serviços de saúde, logo, é necessário  
67 que essa sensibilização seja feita de modo eficaz com a formação adequada dos profissionais  
68 nos estabelecimentos de saúde. Em se tratando dos recursos, são feitos convênios onde são  
69 disponibilizados os intérpretes, não se pensando em ganho, mas devido a necessidade de  
70 recursos para pagamento dos funcionários, valores são cobrados para cobrir essas despesas.  
71 Foi realizada uma demonstração de como ocorre o atendimento por chamada de vídeo de  
72 WhatsApp quando o usuário necessita de algum atendimento nos serviços de saúde utilizando  
73 a Central de Atendimento em Libras a CIL. **Rubens Raffo** (Fórum Ong Aids), relatou  
74 brevemente sua experiência pessoal com familiares surdos e criticou a invisibilidade dessa

75 população. **Alcides Miranda** (CEBES) relatou que a maioria dos trabalhadores(as) de saúde  
76 da rede pública não possui no seu processo de formação, orientações para determinadas  
77 dificuldades com a população deficiente em geral. Solicitou que o controle social tome essa  
78 frente e defina uma resolução cobrando do estado e municípios, a inclusão da disciplina de  
79 linguagem de Libras e outras estratégias para possibilitar a garantia dos direitos dessa  
80 população nos serviços de saúde e instituições de ensino. **Karina Zuge** (AGADIM) criticou o  
81 fato de nunca ter havido intérprete para tradução simultânea nas plenárias do Conselho  
82 Estadual de Saúde. **Retornos:** Carolina informou que é obrigatória para todas as  
83 licenciaturas a disciplina de libras, porém são somente 30 horas e que é preciso priorizar um  
84 processo de formação de qualidade e fluência linguística para esses profissionais e garantir o  
85 acesso de intérprete nas instituições de saúde. **Francisca de Jesus** (FGSM) informou a luta  
86 para implementação da central de libras na cidade de Pelotas. Descreveu também, a falta de  
87 comunicação institucional com a população e os movimentos sociais, perguntando em  
88 seguida, como transpor as barreiras de acesso para além da fiscalização e sim que haja uma  
89 comunicação efetiva com todos os envolvidos. **Retornos** Foi informado que o FENEIS é  
90 conveniado com a prefeitura do município, e que para trabalhar na divulgação da central na  
91 FENADOCE, a FENEIS utilizou recursos próprios para garantir que esta atividade ocorresse.  
92 Carolina e Túlio explicaram, que a garantia dos direitos mais básicos da comunidade surda, é  
93 uma luta complexa e ininterrupta, é necessário um interesse genuíno dos governos. **Clarissa**  
94 **Nogueira** (FEGAMEC), perguntou se existem profissionais ativos na área da saúde como  
95 médicos e enfermeiros surdos. Túlio respondeu que há profissionais, porém, encontram  
96 muitas limitações desde a entrada na universidade, até a procura por empregos no mercado de  
97 trabalho. **Hack Basilone** (NUANCES) perguntou sobre as peculiaridades da língua de sinais  
98 em outros idiomas, perguntou também, onde encontram-se formações específicas, qual o  
99 tempo de formação, níveis e se existem cotas para pessoas com deficiência de acordo suas  
100 especificidades. **Retornos** Tulio informou que há quatro níveis de formação na língua de  
101 sinais para aprender a se comunicar em libras e não somente interpretar. Informou que há um  
102 curso na FENEIS, um curso técnico no IFRS e um bacharelado na UFRGS. Em relação as  
103 cotas para pessoas deficientes, Túlio explicou que é uma só para todas as deficiências, e que

104 devido a essa generalização, muitas pessoas com identidades múltiplas e deficiências  
105 variadas, não conseguem acessar as instituições de ensino. Túlio fez uma provocação para  
106 demonstrar que, apesar de ser uma pessoa surda, ele é oralizado, ao contrário de sua colega  
107 Carolina, que mesmo tendo um doutorado na área da educação, ainda encontra diversas  
108 barreiras de acesso ao mercado de trabalho por não ser oralizada. **Lucia Silveira** (CRESS)  
109 informou que o CES é constituído por entidades diversificadas que foram eleitas de forma  
110 democrática, e que é formado por três segmentos: trabalhadores, usuários e gestores-  
111 prestadores. Informou que o CES possui um papel muito importante dentro da saúde, como  
112 fiscalizar e fazer com o que o SUS funcione, agora que se sabe das diversas violações a essa  
113 população, é preciso organizar uma proposta que dê conta dessa situação. **Carolina** explicou  
114 que é possível haver uma ação coletiva, onde todos possam contribuir na construção desse  
115 documento, que não precisa se guardar conhecimento e sim ser multiplicador. **Itamar**  
116 informou que o conselho está aberto para representação da comunidade surda, e que há  
117 comissões temáticas que discutem questões inerentes a saúde, e que este local é deliberativo.  
118 A FENEIS foi convidada para compor o CES e participar na elaboração da resolução que será  
119 encaminhada após sua finalização ao gestor para fazer sua homologação. A comissão que  
120 mais se adequa a participação é a atenção básica pois pensa a saúde na sua integralidade.  
121 **Karina** solicitou que a FADERS deveria ser o órgão responsável para encaminhar essa  
122 questão. Túlio acrescentou que quando se trata de encaminhamentos, é necessário avaliar o  
123 que já existe de ações existentes, quais as necessidades reais, quais as outras entidades que  
124 compõem esse espaço e que é necessário inclui-los na elaboração dos encaminhamentos.  
125 **Itamar** complementou o questionamento do convidado, informando que toda legislação  
126 existente será incluída nesta proposta de documento. **Rodrigo** enfatizou a importância de que  
127 o encaminhamento seja eficaz, e que precisa ser bem especificado, pois a questão principal, é  
128 incluir as ações já existentes, políticas que sejam prioritárias a outras, e a partir dessa  
129 demanda, fazer uma pressão jurídica/política para que se saia do papel, solicita que a FENEIS  
130 elabore a minuta com as questões que a comunidade entenda como cruciais e seja  
131 encaminhado para o CES, posteriormente, serão chamados para se trabalhar todas as  
132 entidades que compõem esse coletivo. Finaliza informando que é preciso elaborar um  
133 instrumento que seja eficaz e exequível. **Célia Chaves** (SINDEFARS) acrescentou que a

134 resolução nada mais é que um posicionamento político, uma forma de cobrança por parte do  
135 controle social para melhorar questões já existentes. **Clarissa** criticou a defasagem dos  
136 indicadores dessa população quando já se tem sistemas específicos para monitorar esses dados  
137 e que essa questão precisa ser incluída na minuta do documento. **Rodrigo** retificou sua fala,  
138 colocando a assessoria técnica do CES a disposição para compor a elaboração do documento.  
139 **Hack** informou que a população LGBTQIA+ também se coloca à disposição para o que for  
140 necessário. **3 - Aprovação da ata da 14ª Plenária Ordinária:** Foi aberto o regime de  
141 votação, sendo aprovada por unanimidade. **4 – Aprovação do Regimento das Comissões**  
142 **do CES/RS** – O vice-presidente **Itamar** conduziu a pauta seguinte que tratou sobre a  
143 proposta de minuta do regimento das comissões. Houve alguns questionamentos sobre  
144 quórum nas reuniões, Rodrigo explanou as normas do regimento interno do CES, em seguida,  
145 o regimento foi aprovado com um (1) voto contrário. **5 – Relato das comissões do**  
146 **CES/RS: Comissão de IST+** - O coordenador da comissão **Rubens**, informou a  
147 participação das representantes da Ouvidoria do SUS na reunião realizada pela manhã. Na  
148 próxima reunião, será discutido com os movimentos sociais, os editais para recursos  
149 destinados as IST/AIDS. Foi informado também, a demanda do ambulatório de canoas, que  
150 necessita da regularização urgente de três itens básicos para a abertura do serviço, Hack  
151 complementou o relato, informando que na ouvidoria, foram realizados somente 100  
152 atendimentos com a qualificação dos dados, pois não existe esse tipo de estratificação na  
153 abertura dos atendimentos. **Ivete Ciconet** (CRN), integrante da Comissão de Comunicação  
154 da 4ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador(a), informou sobre o trabalho que está  
155 sendo realizado na divulgação das conferências municipais em conjunto com a comissão de  
156 mobilização e formulação. **CEPPICS - Dan Pinheiro** (CRP) relatou a participação do CEAP  
157 no trabalho que está sendo feito com os conselhos locais de saúde, e a participação da  
158 CEPPICS nacional na reunião da comissão. **Itamar** informou como será a Plenária Estadual  
159 dos Conselhos Municipais de Saúde, que será realizada dia 07 de novembro, no Sindicato dos  
160 Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre-SINDIPOLO. **CISTT-** Itamar  
161 informou que a Comissão elaborou em parceria com assessoria técnica do CES, um  
162 formulário que será enviado aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do estado,

163 para coletar informações que serão utilizadas no diagnóstico situacional. Em seguida, foi  
164 informado que a comissão de formulação da 4ª Conferência, reuniu-se com os representantes  
165 dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais sendo solicitado, que seja feito um  
166 diagnóstico contendo as principais demandas sobre a saúde do trabalhador. Comissão de  
167 Orçamento e Finanças - Jaime Ziegler (CTB), informou das dificuldades que estão sendo  
168 encontradas nos CEREST, como a notificação dos acidentes de trabalho e da importância que  
169 o formulário terá na coleta dessas informações, será discutido na próxima reunião da  
170 comissão, a análise do Relatório Anual de Gestão 2023 e do segundo Relatório Detalhado do  
171 Quadrimestre Anterior de 2023 e 1º de 2024, será apresentado também, o cálculo dos valores  
172 de investimentos em saúde do estado. **Encaminhamento:** Elaboração de uma resolução em  
173 conjunto com a comunidade surda, que oriente as necessidades da população surda perante os  
174 serviços de saúde e educacionais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, eu, Walesa  
175 Marcell Matos Fideles, Residente do Programa Saúde Coletiva - Gestão em Saúde da Escola  
176 de Saúde Pública/RS, lavrei a presente ata que após a leitura e aprovação, será assinada pela  
177 presidente do Conselho Estadual de Saúde.

178

179



180

181

**Inara Beatriz do Amaral Ruas**

182

Presidente do CES/RS